

- WÜRTEMBERGER, Theodor, in Ulrich Karpen, org. (Baden-Baden, 1988), *The Constitution of the Federal Republic of Germany: Essays on the Basic Rights and Principles of the Basic Law*, 711ss.
- WYATT, Derrick, anotação ao acórdão de 25 de Janeiro de 1977, proc. 46/76, ELR, 1977, 220-224
- XAVIER, Alberto (Lisboa, 1970), *Benefícios Fiscais à Exportação: Limites e Perspectivas*, Cadernos CTF, n.º 91
- XAVIER, Alberto (Lisboa, 1974), *Manual de Direito Fiscal*
- XAVIER, António Lobo, “Em Torno das Taxas Cobradas por Operações Fora de Bolsa”, in VV. (Lisboa, 1982), *Problemas Societários e Fiscais do Mercado de Valores Mobiliários*, 114-129
- YAMIN, Farhana/DEPLEDGE, Joanna (Cambridge, 2004), *The International Climate Change Regime: A Guide to Rules, Institutions and Procedures*
- YAMIN, Farhana, ed. (London, 2006), *Climate Change and Carbon Markets*
- ZACHER, Hans, “Das soziale Staatsziel”, in Josef Isensee/Paul Kirchhof, org. (Heidelberg, 1995), *Handbuch des Staatsrechts*, vol. I, §25
- ZIEGLER, Franz Wilhelm (Berlin, 1850), *Zur Sozialen Reform des Preussischen Abgabewesens*
- ZIMMERMANN, Horst/HENKE, Klaus-Dirk (München, 2005), *Finanzwissenschaft*
- ZIMMERMANN, Wilhelm (Frankfurt am Main, 1987), *Die Tabaksteuer: Instrument der Fiskalischen Einnahmeerzielung un der Gesellschaftlichen Verbrauchlenkung*
- ZINGALI, Gaetano, “Tassa”, in VV. (Torino, 1971), *Novissimo Digesto Italiano*, vol. XVIII, 1077-1085
- ZIPPELIUS, Rheinhold, “Der Gleichheitssatz”, in Rheinhold Zippelius/Georg Müller, (Berlin, 1989), *Der Gleichheitssatz*, VVDStRL, n.º 47, 13ss
- ZIPPELIUS, Rheinhold (München, 1994), *Rechtsphilosophie*

ÍNDICE

Siglas e Abreviaturas	9
INTRODUÇÃO	15
Do Estado Fiscal ao Estado Taxador	15
1. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE TRIBUTÁRIA	23
1.1. O Significado Essencial da Igualdade	23
1.1.1. Igualdade-justiça e igualdade de tratamento	23
1.1.2. Igualdade formal, igualdade material, igualdade tributária	29
1.2. A Estrutura Formal do Princípio da Igualdade	38
1.2.1. Igualdade de tratamento e igualdade de situações	38
1.2.2. Justificação do critério distintivo	41
1.3. A Igualdade Tributária como Proibição do Arbítrio	44
1.4. A Igualdade Tributária como Expressão de Justiça	68
Conclusões do Primeiro Capítulo	91
2. A TIPOLOGIA DOS TRIBUTOS PÚBLICOS	95
2.1. A Origem das Modernas Tipologias dos Tributos Públicos	96
2.1.1. A atrofia do conceito de taxa	102
2.1.2. Das contribuições especiais aos tributos parafiscais	110
2.1.3. Marginalização da igualdade, fuga para o discurso económico	126
2.2. O Imposto	130
2.3. A Taxa	138
2.3.1. O pressuposto e a finalidade das taxas	138
2.3.2. A fronteira inferior das taxas: taxas administrativas e taxas de utilização	144
2.3.3. A fronteira superior das taxas: efectividade e presunção	159
2.4. As Contribuições	172
2.4.1. O pressuposto e a finalidade das contribuições	172
2.4.2. As contribuições para a segurança social	181
2.4.3. As taxas de coordenação ou de regulação económica	192
2.4.4. Os tributos associativos	200
2.4.5. Os impostos especiais de consumo e os tributos ambientais	207
2.4.6. As contribuições especiais tradicionais	216
2.5. Dicotomia e Tripartição dos Tributos Públicos	227
2.5.1. A invenção da tradição dicotómica	227
2.5.2. A tripartição dos tributos públicos	234
Conclusões do Segundo Capítulo	245

3. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DOUTRINÁRIA DO PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA	251
3.1. O Princípio do Benefício na Doutrina Liberal	251
3.1.1. O legado pré-liberal	251
3.1.2. A reinvenção liberal do benefício	257
3.1.3. As teses do imposto-seguro	260
3.1.4. As teses do imposto-troca	265
3.1.5. O conteúdo do benefício	267
3.1.6. A combinação benefício-proporcionalidade	273
3.2. A Capacidade Contributiva na Doutrina Financeira do Final-de-Século	277
3.2.1. Pressupostos	277
3.2.2. A superação do benefício	281
3.2.3. O conteúdo da capacidade contributiva	287
3.2.4. A combinação capacidade contributiva-progressividade	292
3.2.5. A recepção da capacidade contributiva pelo Direito Fiscal	299
3.3. O Renascimento da Equivalência na Ciência Económica e Financeira Contemporânea	305
3.3.1. A Economia do Bem-Estar e a tributação correctiva	307
a) A noção das falhas de mercado	307
b) Tributos correctivos	313
c) Campo de aplicação da tributação correctiva	315
d) Alternativas à tributação correctiva	319
3.3.2. A Escola da Escolha Pública e a troca voluntária	322
a) Os antecedentes	322
b) A equivalência como princípio procedimental	324
c) Os tributos comutativos na teoria e na prática	328
Conclusões do Terceiro Capítulo	331
4. SENTIDO E LIMITES DO PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA	335
4.1. Sentido Essencial e Terminologia	335
4.1.1. Equivalência de custo e equivalência de benefício	338
4.1.2. Equivalência individual e equivalência de grupo	344
4.1.3. Equivalência económica e equivalência jurídica	348
4.1.4. Equivalência, igualdade e eficiência	352
4.1.5. Equivalência, igualdade e proporcionalidade	356
4.2. Campo de Aplicação da Equivalência	365
4.2.1. Impostos e capacidade contributiva	366
4.2.2. Taxas, contribuições e equivalência	372
4.3. Limites de Aplicação da Equivalência	379
4.3.1. A crítica da impraticabilidade	379
a) A exclusividade como condicionante de base	380
b) A evolução tecnológica e a conquista da exclusividade	386
4.3.2. A crítica da regressividade	389
a) A regressividade de taxas, contribuições e impostos	392
b) A protecção do mínimo de existência	396
4.4. A Cobertura de Custo como Concretização Dominante da Equivalência	402
4.4.1. A alternativa entre custo e benefício	402

4.4.2. A cobertura de custos como problema financeiro fundamental	408
4.4.3. O princípio da cobertura de custos no direito comunitário	411
a) A harmonização negativa dos encargos com efeito equivalente a direitos aduaneiros	412
b) A harmonização positiva de taxas e contribuições	422
Conclusões do Quarto Capítulo	435
5. O PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA E A CONFORMAÇÃO DOS TRIBUTOS COMUTATIVOS	441
5.1. O Custo e o Benefício como Pressuposto da Tributação	445
5.2. A Taxa como Espécie Tributária Preferencial	449
5.3. Incidência Objectiva: Base de Incidência Estreita	453
5.3.1. A fragmentação da base de incidência	453
5.3.2. Fragmentação, coerência e praticabilidade	458
5.4. Incidência Objectiva: Base Tributável Específica	465
5.4.1. Os impostos especiais de consumo	472
5.4.2. Os emolumentos dos registos e notariado	482
5.4.3. As taxas de supervisão contínua da CMVM	493
5.4.4. Limites e contradições da tributação específica	504
5.5. Incidência Subjectiva	512
5.5.1. Homogeneidade, responsabilidade e utilidade de grupo	514
5.6. Quantificação	529
5.6.1. O custo e o benefício como limite	529
5.6.2. O cômputo do custo e do benefício	537
5.6.3. Exactidão e praticabilidade	553
5.6.4. Registo e informação, verificação periódica	564
5.6.5. Tributos de quotidade e tributos de repartição	570
5.7. Questões de Extrafiscalidade	577
5.7.1. A fronteira entre a equivalência e a extrafiscalidade	577
5.7.2. Taxas e contribuições reduzidas	595
5.7.3. Taxas e contribuições agravadas: a tese da convoção	607
5.8. A Consignação de Receitas	620
5.8.1. A crítica à consignação das receitas tributárias	623
5.8.2. O direito orçamental português	633
5.8.3. Experiências de consignação de receitas	642
5.9. As Taxas de Licença: Crise de um Conceito	648
5.9.1. A classificação tripartida das taxas	648
5.9.2. Função histórica das taxas e impostos de licença	653
5.9.3. Licenças administrativas e licenças fiscais	661
5.9.4. A rejeição das taxas de licença como categoria autónoma	671
Conclusões do Quinto Capítulo	684
JURISPRUDÊNCIA CITADA	695
BIBLIOGRAFIA	707